



POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: DIÁLOGOS COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Bruno Ferreira Soares

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife, Pernambuco, Brasil
bruno.geografia@hotmail.com

Alex Figueiredo da Nóbrega

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
alexfnobrega@yahoo.com.br

José André de Andrade

Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
joseandredeandrade@gmail.com

Verônica Salgueiro do Nascimento

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil
vesalgueiro@gmail.com

Resumo

A noção de sustentabilidade deve dialogar de maneira muito especial com as políticas voltadas para crianças e adolescentes. Neste sentido, este trabalho objetivou contribuir com o debate em torno dos problemas relacionados à juventude e à violência no Brasil, na tentativa de superar o discurso superficial que aponta para “soluções” exclusivamente punitivas. De natureza qualitativa, o trabalho fez uso de uma pesquisa bibliográfica e da análise documental para, na sequência, dialogar com adolescentes atendidos em um Centro de Internação Provisória, na cidade de Juazeiro do Norte (CE). Os resultados revelaram um processo de construção identitária marcado pela exclusão/inclusão social perversa, uma adultização precoce, bem como o consumismo como um estilo de vida. O que reforça a necessidade de políticas públicas específicas em busca da sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Juventude; Violência.

PUBLIC POLICIES AND SUSTAINABILITY: DIALOGUE WITH ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW

Abstract

The aspects of sustainability must keep a special sort of dialogue with teen and children related policies. Following this idea, this work aimed to contribute to the discussion concerning the problems between the youth community and the Brazilian violent scenery, in an attempt to overcome the superficial speech which points exclusively to punitive “solutions”. Using a qualitative methodology, this work was based on bibliographic researches and documentary analysis to, in sequence, dialogue with adolescents who were being attended in a Temporary Custody Center in the city of Juazeiro do Norte (Ceará, Brazil). The results showed a process of identity construction branded by a perverted social exclusion/inclusion, a premature maturation, as well as the consumerism lifestyle. This reality reinforces the necessity of sustainable specific public policies.

Keywords: Sustainable Development; Youth; Violence.

POLÍTICAS PÚBLICAS Y SOSTENIBILIDAD: DIÁLOGOS CON ADOLESCENTES EN CONFLICTO CON LA LEY

Resumen

La noción de sostenibilidad debe dialogar de manera muy especial con las políticas volcadas a niños y adolescentes. En este sentido, este trabajo tuvo el objetivo de contribuir con el debate acerca de los problemas relacionados a la juventud y a la violencia en Brasil, con el intento de superar el discurso superficial que apunta para “soluciones” exclusivamente punitivas. De naturaleza cuantitativa, el trabajo usó una investigación bibliográfica y un análisis documental para dialogar con adolescentes asistidos en un Centro de Internación Provisoria, en la ciudad de Juazeiro do Norte (CE). Los resultados revelaron un proceso de construcción identitaria marcado por la exclusión/inclusión social perversa, el envejecimiento temprano, así como el consumismo como un estilo de vida. Lo que refuerza la necesidad de políticas públicas específicas que busquen la sostenibilidad.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible; Juventud; Violencia.

Introdução

O campo do desenvolvimento sustentável representa um vasto terreno de discussão que, diante de várias demandas, busca elaborar estratégias políticas que possam articular seus três principais pilares: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Este último aspecto parece ser um dos maiores desafios das políticas orientadas sob esta perspectiva, visto que o sistema econômico vigente é, em sua essência, contraditório: “produz, ao mesmo tempo, a riqueza, apropriada por poucos, e a pobreza, para a maioria” (RODRIGUES, 2016, p. 63). Faz parte da dinâmica estrutural do capitalismo a produção de excedentes, que, conseqüentemente, expõe significativa parcela da população mundial à situação de vulnerabilidade, pobreza, miserabilidade e insegurança, enquanto permite que uma minoria concentre cada vez mais renda.

Em meio a essa parcela que sofre esse processo de exclusão/inclusão perversa, encontram-se os adolescentes e os jovens como parte expressiva e em maiores condições de vulnerabilidade social. Recentemente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um relatório sobre as condições de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros intitulado “Pobreza na Infância e na Adolescência” (2018).

Esta publicação revelou dados importantes sobre as condições de vulnerabilidade e a privação dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil, além das nuances relacionadas a influência da raça/cor e da região do país. Segundo o relatório, seis em cada dez crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza (em suas múltiplas dimensões), e que para enfrentar esta situação torna-se imprescindível a efetivação de políticas públicas específicas para a juventude, contribuindo para o alinhamento das metas do país com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, com os quais o Brasil se comprometeu oficialmente.

Segundo o Atlas da Violência 2018, em 2016 o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, e que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Quando analisa a violência letal contra jovens, o documento revela uma situação ainda mais grave, pois os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 e 19 anos, e alerta que a “juventude perdida” trata-se de um problema de primeira importância no caminho do desenvolvimento social do país.

Diante do exposto, este trabalho relata uma experiência de intervenção com adolescentes de um Centro de Internação Provisória em Juazeiro do Norte (CE). O mesmo teve como objetivo trabalhar a dimensão cultural, social e política da sustentabilidade e, conseqüentemente, contribuir com o debate em torno dos problemas relacionados à juventude e à violência no país, com ênfase em temas ligados a redução da maioridade penal, cidadania, participação social, consumo e projeto de vida. Buscando ainda contribuir com a superação do discurso superficial que aponta para “soluções” de natureza exclusivamente punitiva.

Neste sentido, foram compartilhadas ideias coletivamente através de rodas de conversa, debates, relatos de experiências e reflexões que nortearam uma compreensão do universo dos adolescentes envolvidos neste trabalho. Para apresentar os desdobramentos desta intervenção, o artigo discute, inicialmente, a noção de política pública, o conceito de adolescência, suas particularidades e as condições de vulnerabilidade associadas a ela. Tendo como referência a ótica da sustentabilidade.

Em seguida, aborda especificamente a questão da violência e da redução da maioridade penal, que representam temas de grande relevância para a sociedade e, em especial, para os adolescentes participantes deste trabalho. Reflete-se ainda sobre a necessidade de ampliação do escopo de ações ligadas a políticas que se pretendam ou se intitulem sustentáveis, e que busquem promover uma segurança pública efetiva. Por fim, o artigo traz uma caracterização do ambiente de estudo e apresenta os discursos produzidos pelos adolescentes, suas construções simbólicas e significações acerca do lugar que ocupam na sociedade, bem como suas expressões culturais e perspectivas de vida.

Fundamentação teórica

Políticas públicas

Mesmo ressaltando que qualquer definição do que seja uma política pública torna-se arbitrária em virtude das disparidades de respostas aos principais questionamentos em

torno do tema, Secchi (2014, p. 02) afirma que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Segundo esse autor, toda política pública possui dois elementos fundamentais: uma intencionalidade pública, que diz respeito a razão para o estabelecimento de tal política; e a resposta a um problema público, ou seja, o tratamento ou resolução de um problema de relevância coletiva.

Secchi (2014) ressalta que a inexistência de um consenso na literatura especializada quanto à definição de política pública se deve a alguns questionamentos básicos, definidos por ele como “nós conceituais”. O primeiro questionamento diz respeito ao protagonismo no estabelecimento destas. Segundo o referido autor, existem duas abordagens distintas: a estadista ou estadocêntrica, que considera as políticas públicas como um monopólio, uma exclusividade dos atores estatais; e a multicêntrica ou policêntrica, que considera, além dos atores estatais, organizações privadas, ONGs e organismos multilaterais como protagonistas no estabelecimento de políticas públicas.

Para Rua (2015, p. 01) “políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, envolvendo ações diversas, e estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Destaca ainda que a dimensão pública é dada não pelo tamanho do agregado social que incidem, mas sobretudo pelo seu caráter imperativo, ou seja, pelo fato de serem decisões e ações revestidas pela soberana autoridade do poder público.

Teixeira (2002, p. 02) afirma que “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. São políticas explicitadas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Em relação as distintas abordagens (estadocêntrica ou policêntrica), Secchi (2014) alerta para o fato de ser indiscutível a ênfase do Estado no estabelecimento de políticas públicas, até mesmo por essa ser uma das principais razões pela qual o Estado moderno se constitui. Entretanto, esse autor enfatiza que as políticas elaboradas e estabelecidas por atores estatais se caracterizam com políticas governamentais, sendo este o subgrupo mais importante das políticas públicas.

Do ponto de vista normativo, compartilhamos da convicção que o Estado deve ter o seu papel reforçado, especialmente para enfrentar problemas distributivos, assimetrias informativas e outras falhas de mercado. No entanto, do ponto de vista analítico, acreditamos que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas. [...] A essência

conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política *é ou não pública* é a sua intenção em responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública” (SECCHI, 2014, p. 04 - 05).

No tocante ao segundo questionamento, ou nó conceitual, o autor em questão afirma que o mesmo reside na afirmação de que política pública “é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” (DYE, 1972, *apud* SECCHI, 2014, p. 05-06). Para Teixeira (2002, p. 02) “devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”. De acordo com essa percepção, assim como a realização ou o estabelecimento de uma política pública, a sua não implementação, a omissão e a negligência por parte de quem deveria fazê-lo, também passam a ser caracterizadas como tal.

A partir dessa concepção, tudo seria considerado política pública, sendo impossível distinguir entre os resultados da implementação dessas e a casualidade, o curso natural das coisas. “Acreditamos que situações de omissão ou negligência governamental não devam ser consideradas políticas públicas, mas apenas a falta de inserção do problema na agenda formal” (SECCHI, 2014. p. 06).

Ainda segundo esse autor (SECCHI, 2014), o terceiro “nó conceitual” reside na interpretação de que apenas as diretrizes estruturantes podem ser consideradas políticas públicas, sendo os planos, programas e projetos apenas seus elementos operativos. Em relação a este ponto, Secchi (2014) afirma que tanto as políticas estruturantes como as de nível intermediário e operacional podem ser consideradas políticas públicas. Para ele, a interpretação anterior compromete a análise de políticas municipais, regionais e estaduais, e todas as que se propõem a dar respostas aos problemas públicos.

Para Teixeira (2002), durante o seu processo de elaboração e implementação, e através dos seus resultados, as políticas públicas traduzem formas de exercício do poder político. Segundo ele, as finalidades destas políticas exprimem as visões de mundo dos que controlam o poder. E enfatiza que entre os principais objetivos das políticas públicas destacam-se: 1 – Responder as demandas, em especial, dos setores marginalizados da sociedade; 2 – Ampliar e efetivar direitos de cidadania que passam a ser reconhecidos institucionalmente; 3 – Regular conflitos entre atores sociais com condições e interesses que não se resolvem por si ou pelo mercado; 4 – Promover o desenvolvimento, criando alternativas de emprego e renda (TEIXEIRA, 2002).

Refletindo em torno da relação entre políticas públicas e justiça socioespacial, Rodrigues (2016) destaca que, mesmo dentro de normas capitalistas e não alterando a dinâmica socioespacial em sua totalidade, as políticas públicas são fundamentais para o atendimento das necessidades de frações da população no intuito de diminuir a exclusão. Para a autora, tais políticas terão sempre uma escala de aplicação reduzida. No entanto, tal fato não diminui sua importância na medida em que reconhecem as desigualdades e colocam em destaque a potencialidade de uma política no e do espaço.

Adolescência, vulnerabilidade, violência e sustentabilidade

A adolescência é definida pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a fase correspondente a segunda década da vida (10 a 19 anos), enquanto a juventude é compreendida como o período dos 15 aos 24 anos. Considera-se adolescente jovem o indivíduo que tem entre 15 e 19 anos, e adulto jovem aquele que se encontra entre 20 e 24 anos (BRASIL, 2005). No que concerne ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos, enquanto a adolescência abrange o período entre 12 anos e 18 anos de idade.

Esta etapa da vida é bastante representada por uma noção de transitoriedade, de turbulências, ou ainda de prazeres e sonhos (DAYRELL; GOMES, 2009). No entanto, essas características não podem ser naturalizadas, visto que é o resultado de um processo de construção sócio-histórica. Além disso, muitas vezes, associar adolescência a aspectos e particularidades negativas ocorre de modo bastante segmentado, com marcas expressivas da reprodução das relações de gênero, de cor e de classe socioeconômica. Seja qual for a conotação, é importante reconhecer que, antes de tudo, os adolescentes e jovens também são sujeitos de direitos, que precisam fazer parte da agenda política dos governos.

Tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2015), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um relatório que reflete em torno das dimensões da pobreza na infância e adolescência no Brasil.

[...] foram analisados a renda familiar de meninas e meninos brasileiros de até 17 anos e o acesso deles a seis direitos básicos: educação, informação, água, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil. A ausência de um ou mais desses seis direitos coloca meninas e meninos em uma situação de “privações múltiplas” – uma vez que os direitos humanos não são divisíveis, têm de ser assegurados conjuntamente (UNICEF, 2018. p. 06).

Os resultados mostraram que a pobreza monetária na infância e na adolescência foi reduzida no país na última década, todavia, as múltiplas privações não diminuíram em igual proporção. Segundo o relatório, 61% das crianças e adolescentes no Brasil são pobres. Seja a pobreza monetária, quando vivem em ambientes com renda insuficiente¹, o que corresponde a 18 milhões de meninas e meninos (34,3%). Seja porque não tem acesso a um ou mais direitos (privações múltiplas), o que corresponde a 14 milhões de meninas e meninos (26,6%).

O documento alerta para o fato de que seis em cada dez crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza, sendo os mais afetados meninas e meninos negros, vivendo em famílias pobres monetariamente e moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste. E enfatiza que é preciso trabalhar mais e com maior precisão no desenho de políticas públicas, pois o desenvolvimento de cada país depende das oportunidades dadas às crianças e adolescentes no presente. Por essa razão, “lideranças mundiais puseram meninas e meninos no centro da Agenda 2030. Dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Figura 01), 11 estão diretamente relacionados a elas e eles” (UNICEF, 2018, p. 7).

Figura 01. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: PNUD (2018).

Vale ressaltar que a noção de múltiplas dimensões da pobreza, adotada pelo UNICEF, de certa forma dialoga com a ideia de Santos (2008, p. 59) quando afirma que “ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade

¹ Com menos de R\$ 346,00 *per capita* por mês na zona urbana e R\$ 269,00 na zona rural (UNICEF, 2018).

como um todo”, e nesse sentido, tomando como base dados exclusivamente monetários, “os métodos quantitativos da estatística enganam”.

O Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), destaca que em 2016 houve 62.517 homicídios no Brasil. Números que equivalem a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, e que correspondem a 30 vezes a taxa da Europa. Destaca ainda a heterogeneidade entre as Unidades da Federação no tocante a evolução dos homicídios, onde todos os casos com crescimento superior a 80% nas taxas de homicídios pertenciam às Regiões Norte e Nordeste, e em segundo plano ao Centro-Oeste, e a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, com a forte concentração de homicídios na população negra.

É como se, em relação a violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. [...] O caso de Alagoas é especialmente interessante, pois o estado teve a terceira maior taxa de homicídios de negros (69,7%) e a menor taxa de homicídios de não negros do Brasil (4,1%). Em uma aproximação possível, é como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos, que em 2016 registrou uma taxa de 5,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, e os negros alagoanos vivessem em El Salvador, cuja taxa de homicídios alcançou 60,1 por 100 mil habitantes em 2017 (CERQUEIRA, *et al*, 2018, p. 40-41).

No tocante a violência letal contra jovens (15 a 19 anos), o documento alerta para uma situação ainda mais grave, que se acentuou e que vem sendo denunciada ao longo das últimas décadas, mas que permanece sem respostas em termos de políticas públicas efetivas. No Brasil, 33.590 jovens foram assassinados em 2016 (94,6% do sexo masculino), sendo que os homicídios respondem por 56,5% das mortes de homens entre 15 e 19 anos no país (CERQUEIRA, *et al*, 2018). Essas mortes prematuras trazem implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, conseqüentemente, representam um grande entrave ao desenvolvimento sustentável. “Os 62.517 mil homicídios que ocorreram em 2016 impõem um custo de bem-estar para o país, para além das tragédias humanas incomensuráveis, de cerca de 5,9% do PIB a cada ano” (FBSP, 2017, p. 76).

Segundo dados do relatório Índice de Progresso Social – IPS, elaborado pelo *The Social Progress Imperative*, divulgado em 2014, a violência é o principal item que compromete a qualidade de vida do brasileiro, sendo que, dos 132 países analisados pelo documento o Brasil aparece na 122ª posição no *ranking* de segurança pessoal, ou seja, segundo os dados do referido relatório, em 2014, o Brasil era o 11º país mais inseguro do mundo, sendo superado apenas pelo Iraque, Nigéria, Venezuela, República Centro-Africana, África do Sul, Chade, República Dominicana, Honduras, México e Sudão, respectivamente.

Conforme os números divulgados no relatório da *Social Progress Imperative*, a violência a que a população é constantemente submetida, bem como a atuação de boa parte da mídia sensacionalista, acabam por fortalecer os discursos de setores da sociedade que defendem a redução da maioridade penal no país. Mesmo com os números da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério Público, negando de forma contundente a ideia de que os menores estão entre os principais autores dos crimes cometidos no país², a redução da maioridade penal é tema recorrente nas discussões sobre o combate à violência e está cada vez mais presente no cenário político brasileiro³, assim como as discussões em torno do fim do Estatuto do Desarmamento.

A esse respeito, Bauman (2007. p. 18-19) afirma que:

Tal como o dinheiro vivo, pronto para qualquer tipo de investimento, o capital do medo pode ser usado para se obter qualquer espécie de lucro, comercial ou político. E é. Isso acontece também com a *segurança pessoal* que se tornou um grande, talvez o maior, ponto de venda em toda espécie de estratégia de *marketing*. O lema “lei e ordem”, cada vez mais reduzido à promessa de segurança pessoal (mais exatamente *corporal*), se tornou uma grande, talvez a maior, bandeira nos manifestos políticos e nas campanhas eleitorais, enquanto a exibição de ameaças à segurança pessoal se tornou um grande, talvez o maior, trunfo na guerra de audiência dos meios de comunicação de massa, reabastecendo constantemente o capital do medo e ampliando ainda mais o sucesso tanto de seu marketing quanto do seu uso político.

Sobre a atuação da mídia, Santos (2008) alega que a informação sobre o que acontece não vem da interação entre pessoas, e sim do que é veiculado pela mídia a partir de uma interpretação interessada, senão interesseira dos fatos. No tocante a violência, o autor destaca que:

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares (SANTOS, 2008, p. 55).

² Segundo os números da SENASP, de 2011, os menores entre 16 e 18 anos, faixa etária diretamente afetada por uma possível redução da maioridade penal, são responsáveis por 0,9% dos crimes no Brasil. Se forem considerados apenas os homicídios e tentativas de homicídios, o percentual cai para 0,5% (COSTA, 2014).

³ A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 33/2012 que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, foi aprovada na Câmara dos Deputados (2017) e agora passará pelo crivo do Senado Federal.

Do ponto de vista de Milani (2003) existem três formas de enfrentamento da violência. A primeira seria através da repressão, a segunda refere-se à postura que aponta a estrutura social e econômica como a solução para todos os problemas, e a terceira que diz respeito à implementação de uma cultura de paz. Esta pressupõe trabalhar de forma integrada em prol da justiça social, da igualdade entre os sexos, da eliminação do racismo, da tolerância religiosa, do respeito às minorias, da educação universal, do equilíbrio ecológico e da liberdade política. Nascimento e Matos (2010) afirmam que a produção de conhecimento acerca da problemática da violência ainda é incipiente em virtude da sua complexidade, mas são enfáticas ao afirmarem que não acreditam em nenhum esforço para a promoção da paz sem que antes esteja instaurada a justiça social, comprometida com o conceito de sustentabilidade.

Gadotti (2012) ressalta que a sustentabilidade não se restringe à biologia, à economia e à ecologia, tem a ver como a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza. Para ele os governos que pretendam incluir temas relacionados à sustentabilidade precisam considerar os níveis de pobreza, a construção da paz, da justiça e da democracia, a segurança, os direitos humanos, a diversidade cultural, a equidade social e a proteção ambiental. O mesmo autor afirma ainda que é possível desdobrar a sustentabilidade em dois eixos principais: a sustentabilidade ecológica, ambiental e demográfica, que se refere à base física do processo de desenvolvimento e com a capacidade da natureza suportar a ação humana com vistas à sua reprodução e aos limites do crescimento populacional; e a sustentabilidade cultural, social e política, que se refere à manutenção da diversidade e das identidades, diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, a justiça distributiva e o processo de construção da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento (GADOTTI, 2012).

É fato que quando o medo da violência impera, as expectativas dos cidadãos se deterioram e deixa-se de confiar nas instituições do Estado, as pessoas abandonam o espaço público, segregando-se em condomínios e passam a adquirir armas de fogo. Todavia, tais medidas, ainda que legítimas podem levar a um sentido contrário ao pretendido. Outro equívoco comum, dessa vez em relação as autoridades no campo da segurança pública, é confundir a produção da segurança pública com a produção do trabalho policial. Além de ineficiente, essa confusão gera injustiça para as próprias organizações policiais que recebem toda a responsabilidade e se isentam as responsabilidades dos governos por não terem desenvolvido uma política de Estado (CERQUEIRA, *et al*, 2018).

Reconhecendo que uma Política de Segurança Pública efetiva deve contemplar um conjunto de princípios, programas e ações de natureza intersetorial, o Atlas da Violência 2018 apresenta (Tabela 01) sete elementos fundamentais presentes nas experiências nacionais e internacionais que conseguiram reduzir crimes violentos em um espaço relativamente curto de tempo⁴.

Tabela 01. Os sete elementos para a segurança pública efetiva

Elementos	Breve descrição
Compromisso do político principal.	Seja presidente, governador ou prefeito, deve atuar com principal indutor da mudança.
Mobilização e articulação de todas as forças e atores na busca pela paz.	Incluir comunidades, academia, organizações civis, organizações internacionais, empresários, igrejas e as várias agências do Estado.
Organizar a gestão da segurança pública com base no método científico e nas evidências empíricas.	Baseado em dados precisos e diagnósticos locais das dinâmicas criminais e sociais e planejamento com ações de curto, médio e longo prazos.
Controle e retirada de armas de fogo e de munições de circulação.	Ações que afetem o fluxo e o estoque de armas e munições, que passam por legislação responsável, identificação dos canais de entrada de armas ilegais no país e responsabilização pelas armas e munições extraviadas.
Disseminar espaços de mediação de conflitos.	De modo que o diálogo substitua a violência como instrumento de solução das contendas.
Mudar o modelo de polícia, de uma abordagem meramente reativa para um modelo de repressão qualificada.	Prioridades orientadas a partir de uma visão estratégica do trabalho policial e de informações produzidas pela inteligência e investigação.
Estruturar uma política de prevenção social	Focalizar nos territórios mais conflagrados e nas crianças e jovens, para que eles possam ter um desenvolvimento sadio na primeira infância, acesso a boa educação e oportunidades no mercado de trabalho.

Fonte: Adaptado de CERQUEIRA, *et al* (2018).

Destacando que um pilar central está na prevenção social focalizada nas populações vulneráveis. Ainda de acordo com o relatório, o encarceramento em massa foi responsável pelo aumento de mais de 1.000% no número de detentos no Brasil desde 1980, pressionando o orçamento público, sem que um impacto perceptível na evolução da criminalidade fosse observando, ao mesmo tempo em que o número de homicídios cresceu 258%. Todavia, vale ressaltar que além dos elementos apresentados, um programa de segurança pública efetiva passa, inevitavelmente pela valorização dos profissionais (agentes) envolvidos.

Rodrigues (2002), por sua vez, reforça que o processo de urbanização-industrialização, considerado meta para se alcançar o desenvolvimento, tem gerado um

⁴ Entre os casos de sucesso utilizados como referência estão os de Nova York, Medellín, Ciudad Juárez, Pernambuco (Pacto pela Vida), Espírito Santo (Estado Presente) e Paraíba (Paraíba pela Paz), entre outros.

processo contrário ao que se propôs. E que para tratar de um tema tão abrangente e complexo como a violência urbana, faz-se necessário compreender as diferentes formas de exclusão e opressão existentes, e, para isso, “o ser humano deve estar no centro do debate e não nas suas franjas” (RODRIGUES, 2002, p. 85).

Nesse sentido, partir do que foi discutido até o presente, o trabalho se propôs a estabelecer uma relação dialógica com os jovens do Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, compreendendo que a mudança não ocorre a partir de relações verticais, mas é através do diálogo, da escuta que a transformação se faz possível.

Caracterização do ambiente do estudo e do percurso metodológico

Juazeiro do Norte, município integrante da Região Metropolitana do Cariri – RMC (Figura 02), conta com uma população de 249.939 habitantes, divididos em 96,07% residentes na zona urbana do município e apenas 3,93% dos habitantes residindo na zona rural (IPECE, 2017).

Figura 02. Localização da Região Metropolitana do Cariri e do Município de Juazeiro do Norte



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2012).

Em 2016, motivada pelos números que a cidade de Fortaleza e o estado do Ceará apresentavam no tocante a violência, sobretudo em relação aos jovens⁵, a Assembleia

⁵ Em 2015, 816 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos no território cearense, sendo 387 na capital Fortaleza (CEARÁ, 2016).

Legislativa do Estado lançou um documento elaborado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, intitulado: Cada Vida Importa – Evidências e Recomendações para Prevenção de Homicídios na Adolescência.

O referido documento faz uma análise sobre homicídios na adolescência a partir de sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio. Tais municípios foram escolhidos por apresentarem as maiores taxas de homicídios entre jovens. Na tabela 02 é possível observar esses números, com destaque para a cidade de Juazeiro do Norte, 4ª colocada no estado, e a 1ª fora da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF⁶.

Tabela 02. Municípios com as maiores taxas de assassinato de jovens no estado do Ceará em 2015.

	Municípios	Quantidade de adolescentes mortos (12 a 18 anos) residentes em 7 cidades (SSPDS)
1º	Fortaleza	292
2º	Maracanaú	32
3º	Caucaia	28
4º	Juazeiro do norte	24
5º	Sobral	20
6º	Horizonte	13
7º	Eusébio	9

Fonte: Ceará (2016).

O Centro de Internação Provisória José Bezerra de Menezes, localizado no município em questão, é ligado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Estado do Ceará e compõe a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O SUAS é estruturado em dois níveis de proteção social, a serem explicados a seguir. O primeiro nível consiste na Proteção Social Básica (PSB) – que visa o acompanhamento psicossocial de pessoas, grupos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como promover ações de inclusão social e produtiva, estimulando a organização de cooperativas, a mobilização social, os sindicatos e ofertando cursos de capacitação (BRASIL, 2015). O principal equipamento social que representa e executa as ações previstas neste nível de proteção é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O segundo é a Proteção Social Especial (PSE), que lida com populações que tiveram seus direitos sociais violados ou os vínculos familiares e comunitários rompidos. Neste nível

⁶ Com exceção de Juazeiro do Norte e Sobral, as demais cidades constituem a Região Metropolitana de Fortaleza – RFM.

há a PSE de Média Complexidade, representada principalmente pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), através do qual aqueles que sofreram algum tipo de violação de direitos, como violência, negligência, abuso sexual e exploração de trabalho; recebem acompanhamento psicossocial, pedagógico e jurídico. Por fim, há a PSE de Alta Complexidade, que lida especificamente com pessoas que perderam os vínculos familiares e comunitários, como crianças ou idosos abandonados, moradores de ruas, adolescente em conflito com a lei, dentre outros casos desta natureza (BRASIL, 2015). Dentre os equipamentos sociais que compõem a PSE de Alta Complexidade estão os Centros de Internação Provisória, destinados a acolher especificamente adolescentes em conflito com a lei. É justamente neste âmbito que se insere o Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, local onde se deu a experiência do presente trabalho.

Atualmente, o centro é administrado pela organização não governamental Movimento de Consciência Jovem (MCJ) e é composto por: um diretor, dois assistentes sociais, uma pedagoga, um psicólogo e dois enfermeiros; esses profissionais compõem o quadro técnico do centro. Além destes, há os educadores sociais, os profissionais de apoio, de segurança e de serviços gerais. A instituição atende 43 comarcas na região do Cariri Cearense, e tem capacidade para atender 40 crianças e adolescentes (MAGALHÃES; MACÊDO; LIMA, 2018). São atendidas, de forma provisória, crianças e adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, durante 45 dias, enquanto se estabelece a medida socioeducativa⁷.

Magalhães, Macêdo e Lima (2018) argumentam que um dos principais problemas em relação ao centro em questão é a ausência de um advogado específico para fazer a defesa dos internos, o que compromete a assistência judiciária gratuita e integral prevista no Art. 111, III e IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Vale mencionar que, segundo reportagem veiculada pela TV Diário, em julho de 2014, três adolescentes acusados de participarem de latrocínios foram executados dentro do Centro de Internação Provisória José Bezerra de Menezes: “Segundo informações de testemunhas, quatro homens armados e encapuzados chegaram no local em um carro preto, arrombaram a porta de entrada e renderam três educadores. Em seguida, foram à procura dos menores e os assassinaram dentro de um banheiro” (TAVARES, 2014).

⁷ O Art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente destaca que: A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida (BRASIL, 2017).

No tocante ao estudo realizado, o contato inicial se deu através da pedagoga da instituição, que, com autorização da direção, apresentou e explicou sobre o funcionamento do centro e descreveu um breve perfil dos adolescentes atendidos. Como critério para inclusão dos adolescentes nas atividades propostas estabeleceu-se o fato de serem alfabetizados, pois, nos encontros eram previstas oficinas e dinâmicas que se utilizariam também da linguagem escrita, além de ser inapropriado trabalhar com uma quantidade muito grande de adolescentes em um mesmo momento. Devido a característica transitória e flutuante do público-alvo, as rodas de conversa se deram com um grupo aberto e rotativo.

Como metodologia, foi utilizada a roda de conversa, que se caracteriza por ser um espaço de diálogo e reflexão acerca de temas específicos, onde é possível compreender e capturar os sentidos dos discursos e das mais variadas formas de expressão da linguagem (GASKEL, 2002). Ressalta-se ainda que, como descrito por Caregnato e Mutti (2016, p. 681), “o discurso produzido pela fala sempre terá relação com o contexto sócio histórico”, nesse sentido o presente estudo fez uso da análise de discurso no intuito de interrogar os sentidos presentes nos discursos dos interlocutores da pesquisa.

Resultados e discussão

Os encontros com os adolescentes possibilitaram uma série de reflexões acerca de suas percepções, crenças, sonhos, desejos e expressões de lazer. No sentido de relacioná-las com a noção de sustentabilidade, nesta seção serão apresentadas as atividades desenvolvidas, bem como os discursos que emergiram a partir delas.

1º Momento

O primeiro encontro contou com a presença de 13 adolescentes, com idades entre 14 e 17 anos. Todos eram alfabetizados, porém, uma parcela significativa estava atrasada na relação idade-série ou havia abandonado a escola.

Inicialmente, houve a apresentação dos facilitadores e uma breve explanação sobre o plano de trabalho. Em seguida, foi proposta uma atividade para que cada um se apresentasse. Cada adolescente recebeu uma folha e um lápis para escrever aquilo que considerava uma qualidade própria e um sonho ou objetivo de vida, sem que escrevesse seu nome no papel. Feito isso, os papéis foram dobrados e colocados no centro da roda de conversa, no chão, para que cada um pegasse aleatoriamente uma folha, lesse e tentasse

descobrir o autor do texto. O objetivo dessa atividade foi levá-los a refletir sobre sua autoimagem e suas expectativas de futuro, além de integrar e sensibilizar o grupo.

A análise das autodescrições revelou uma autoimagem negativa, uma baixa autoestima, além de algumas características como “sincero”, “um cara limpeza”, e “feliz”. Alguns não souberam sequer citar uma qualidade própria. Dentre os objetivos apresentados, o que mais surgiu foi o desejo de “trabalhar” e “sair dessa vida”, “ser bem visto pelos outros”, “construir minha família” e adquirir bens de consumo. Após a socialização do que foi escrito por cada um, os facilitadores iniciaram uma roda de conversa sobre os principais temas surgidos, no sentido de aprofundar e incentivar a fala dos adolescentes.

Percebeu-se o grande desejo de inclusão em uma sociedade da qual eles não se sentem parte. Ao serem questionados sobre o papel da escola como um meio para auxiliá-los no alcance de seus objetivos, muitos demonstraram, através de seus discursos, desinteresse e falta de perspectiva em relação a educação formal. Isso reforça a reflexão de Patto (1992) sobre os desencontros entre a “família pobre” e a escola pública. A autora afirma que durante o processo de escolarização “as crianças são mantidas na escola durante muitos anos, até que mecanismos escolares mais ou menos sutis de expulsão acabem por se impor” (p.118).

Os diálogos e reflexões suscitadas remetem às contribuições de Rodrigues (2002) quando alerta que os problemas urbanos e ambientais, entre eles o da violência, se relacionam muito mais com o sucesso do modo de produção do que com suas crises. A autora ressalta que a racionalidade econômica é um tipo de violência pouco desvelada, que trata “gente” como objeto de consumo, e contém a ideia de classificar quem não pode comprar como responsável pela sua própria falta de recursos. A autora reforça ainda que “a falta de emprego é atribuída ao modo como os indivíduos não se preparam para entrar no mercado de trabalho e, enquanto isso, se desmantelam as universidades e as escolas de ensino fundamental e médio tornadas mercadorias” (RODRIGUES, 2002, p. 83).

A experiência com os adolescentes deste trabalho corroborou os resultados da autora citada, ficando evidente na fala de alguns participantes, ao afirmarem que desejavam trabalhar para conseguir ter acesso a bens materiais que representam símbolos da sociedade de consumo (roupas de marca, joias, relógios, tênis, carro). Além do reconhecimento frequente da importância da escola, porém como sendo algo que não é ou não serve para eles, o que evidencia o processo de sentir-se excluído.

Ao final do encontro, buscou-se sensibilizar os adolescentes para a discussão do próximo encontro – a redução da maioridade penal. Brevemente, alguns se manifestaram, anteciparam opiniões sobre o tema e o encontro foi encerrado.

2º Momento

No segundo encontro, participaram 11 adolescentes, sendo que a maioria não havia participado da primeira atividade, tendo que ser estabelecido um novo contato inicial. O encontro objetivou discutir especificamente o tema da redução da maioridade penal. Para isso, foram exibidos dois vídeos (Figura 03) que emitiam opiniões divergentes de jornalistas, especialistas e do cantor Mano Brown (personalidade bastante reconhecida e admirada entre os adolescentes em questão). Em seguida, através de um diálogo problematizador, os jovens emitiram suas opiniões, crenças e valores acerca do tema.

Figura 03. Exibição dos vídeos



Fonte: Fotografia dos autores (2015).

A maioria deles se mostrou favorável à redução da maioridade penal. Esse posicionamento converge com os dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), quando aponta que 83% da população brasileira apoia esta medida (IBOPE, 2014). A justificativa apresentada por grande parte dos adolescentes foi a de que tal mudança na legislação os levaria a pensar melhor antes de cometer um ato infracional. No entanto, quando indagados sobre as situações específicas em que cada um se envolveu, a

maioria afirmou que teria cometido independente dessa mudança. Neste momento, surgiram vários depoimentos acerca de seus desejos de consumo e de se inserir no mercado de trabalho.

Conforme percebido no encontro anterior, a relação desses adolescentes com a escola é de descrença, inadequação e falta de perspectiva. Desse modo, a inserção no mercado de trabalho é encarada como aquilo que lhes resta e o que lhes cabe na sociedade. Ao mesmo tempo, queixam-se de que não podem trabalhar devido à restrição legal, que proíbe o trabalho infantil e adolescente. Durante a roda de conversa, um dos adolescentes ressaltou que deveria haver a redução da maioridade em todas as áreas, como por exemplo, na permissão para trabalhar e para obter a Carteira Nacional de Habilitação. Diante disso, identifica-se o processo de adultização precoce, seja por necessidade de sobrevivência (CIRINO; ALBERTO, 2009) ou por desejo de inclusão social pelo consumo.

Assim, recorre-se novamente às contribuições de Rodrigues (2002) quando ressalta que para tentar compreender a violência urbana e sua complexidade é necessário distanciar-se do senso comum e das informações da mídia. Para a autora tentar qualificar uma forma de analisar a violência urbana exige ainda considerar a exclusão social de uma grande parte da sociedade também como violenta. A violência da exclusão, “que ocorre tanto na obtenção dos bens materiais quanto da possibilidade de pensar”.

A racionalidade econômica explica, mas não justifica, o porquê dos investimentos não serem destinados à população que mora em áreas carentes de infraestrutura, ocultando a realidade de que, na ótica da população como riqueza, investir em educação, saúde e habitação seriam investimentos com alto índice de retorno em bem-estar social, em minimização da violência (RODRIGUES, 2002, p. 81).

Neste mesmo encontro também foi mencionada, pela primeira vez, a relação com o consumo e a comercialização de drogas. No entanto, o tema foi pouco explorado devido ao tempo do encontro, que já estava por terminar. Em acordo com os adolescentes, o encontro seguinte seria então para discutir sobre a questão das drogas bem como dos espaços de lazer.

3º Momento

No último encontro, 19 adolescentes estiveram presentes. Novamente, o grupo contou com alguns que lá estavam pela primeira vez. Utilizando cartolinas e pincéis hidrocor, foi-lhes solicitado que produzissem desenhos, imagens e/ou textos que representassem as

expressões de lazer em suas vidas. A atividade foi realizada em subgrupos de 3 e 4 participantes (Figura 04).

Figura 04. Atividades em grupos



Fonte: Fotografia dos autores (2015).

Basicamente, os materiais produzidos pelos participantes apresentaram os seguintes elementos: baile funk, consumo de álcool e outras drogas, automóveis com sons potentes, mulheres e relações afetivas. Trata-se de um universo bastante ligado ao consumo, em todas as suas dimensões: substâncias psicoativas (como cocaína e maconha, além do álcool), objetos de valor (roupas, carros, joias) e relações (interpessoais e afetivas).

Esta realidade não surpreende em meio à sociedade de consumo na qual o mundo vive atualmente. É através desse consumo que muitos dos adolescentes buscam incluir-se socialmente e construir suas identidades. Na lógica de consumo, os objetos de desejo possuem maior valor e importância à medida que o interior do indivíduo está esvaziado e exteriorizado. “As marcas dos produtos, referências identitárias, fazem a diferença, oferecem *glamour*, status, virilidade e boa imagem de si frente aos outros” (CONTE et al., 2007, p. 98).

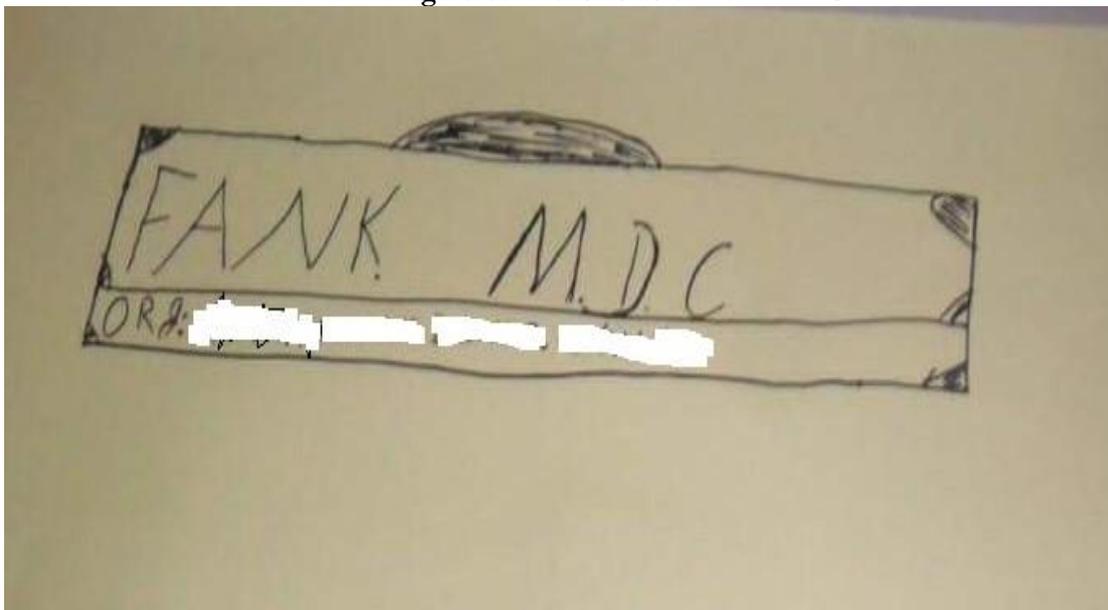
Diante da imensa oferta de bens de consumo não condizente com as reais condições e possibilidades para adquiri-los, os adolescentes em conflito com a lei destacaram a oportunidade que o comércio de drogas oferece para se obter ganhos financeiros acima da média dos empregos legais. Neste sentido, Conte *et al.* (2007, p. 98) afirmam que “o consumo é uma forma de reconhecimento, de mobilidade, de inclusão social, de aparentar uma igualdade e de parecer cidadão, mesmo que de forma ilegítima”.

Assim, é inevitável refletir sobre o lugar que as drogas ocupam na sociedade contemporânea. Devido ao caráter proibitivo da lei com relação a alguns tipos de substâncias, cria-se um conjunto de atividades comerciais que passam a ser criminalizadas e seus atores excluídos do mercado formal. Este aspecto influencia fortemente o modo de construção da identidade dos sujeitos envolvidos.

Percebe-se, então, claramente o fenômeno descrito por Sawaia (2001) como sendo a exclusão/inclusão social perversa, através da qual, diante das impossibilidades de inserção social pelos meios “legais” e esperados socialmente, os adolescentes buscam mecanismos e grupos para se sentirem acolhidos e desenvolver o sentimento de pertença social. Isso ficou evidente em um dos desenhos produzidos durante a atividade.

Ao representar um espaço onde ocorriam bailes funk, um dos subgrupos escreveu em sua fachada “*Baile Fank M.D.C*”⁸ (Figura 05), o que significa “menores do crime”. Ou seja, trata-se de uma construção simbólica que permite a esses adolescentes se sentirem parte de um grupo social no qual possam obter reconhecimento e status.

Figura 05. Menores do crime – M.D.C.



Fonte: Fotografia dos autores (2015).

O último encontro revelou, portanto, uma série de mecanismos que os adolescentes se utilizam para se inserirem socialmente. Ficaram bastante evidentes a descrença nos

⁸ Expressão reproduzida tal como os adolescentes a escreveram durante a atividade.

caminhos legais impostos pela sociedade (estudo, trabalho legal) e, conseqüentemente, a construção de identidades cada vez mais fortalecidas com grupos sociais marginalizados.

Esta situação leva à reflexão sobre um tema muito caro à sustentabilidade, o consumo. Santos (2008) ressalta que o consumo é um veículo de narcisismo por meio dos seus estímulos estéticos, morais e sociais, e se apresenta como o grande fundamentalismo dos dias atuais. Segundo esse autor (p. 49), “o consumismo e a competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura de consumidor e a figura do cidadão”.

Rodrigues (2002) alerta que um dos aspectos da violência não explicitada é informar que a população é um problema, quando, na verdade, ela é a riqueza. Afirma-se frequentemente que os pobres são responsáveis pela pobreza em que vivem. Todavia, “raramente analisa-se a violência a que são submetidos, ao serem instigados diariamente a comprar e/ou usufruir do conforto que a cidade/o urbano parece oferecer. Ao mesmo tempo, nega-lhes o acesso aos benefícios do progresso que ajudaram a construir (RODRIGUES, 2002, p. 80).

Nesse sentido, buscar a sustentabilidade exige necessariamente repensar os valores consumistas que regem a sociedade contemporânea. De um lado, o consumo desenfreado, tal como é incentivado pela publicidade e propaganda, caracterizando-se como um estilo de vida, uma maneira de ser e de se constituir no mundo, mostra-se insustentável frente às limitações que o planeta impõe. Por outro lado, as desigualdades de acesso a esses bens que buscam seduzir a todos, independente da classe socioeconômica, acabam por gerar sentimentos e percepções de exclusão que, por sua vez, agravam as distâncias sociais e os processos de ruptura e violência social.

Daí a urgência de se discutir um tipo de desenvolvimento que seja sustentável em todas as suas dimensões. Buscar apenas o crescimento econômico, sem se preocupar com as questões ambientais ou a distribuição das riquezas produzidas, é contribuir para a construção de uma sociedade marcada pelo medo, medos urbanos, sejam reais e/ou imaginários, que desarticulam as pessoas, criam muros, barreiras e fortalecem as desigualdades sociais (BAUMAN, 2007).

Considerações finais

Considerando que o caminho para o desenvolvimento sustentável inclui questões de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural, optou-se, neste trabalho, por dar ênfase à dimensão cultural, social e política da sustentabilidade. A partir de uma intervenção, realizada com adolescentes de um Centro de Internação Provisória, o trabalho buscou contribuir com o debate em torno dos problemas relacionados à juventude e à violência no Brasil, discutindo com os mesmos sobre cidadania, participação social, redução da maioria penal, expressões de lazer, consumo, cultura e projeto de vida.

Foi possível verificar que ocorre o que Rodrigues (2002) denomina como violência da exclusão. Um processo de exclusão social ao longo da vida desses sujeitos, principalmente no que tange à relação com o sistema educacional. Eles relataram experiências conflituosas e “fracassadas” com a escola, percebendo-a como uma instituição importante, porém, para a qual não conseguem se adequar.

Identificou-se também uma relação precoce com o trabalho, o que, muitas vezes, alimentava o desejo por um estilo de vida muito semelhante à vida adulta. Isso evidencia um processo de adultização precoce, comum em crianças e adolescentes que iniciam antecipadamente as atividades laborais. Na presença do trabalho há a ausência dos sonhos. Ou melhor, os sonhos, quando se expressam, parecem muito associados ao consumo e ao reconhecimento social. A construção da identidade desses indivíduos, marcada pela exclusão, acaba por internalizar esse lugar social marginalizado, o que pode exercer influência nas escolhas e nos mecanismos que eles buscam e encontram para se sentirem incluídos socialmente.

Rodrigues (2002, p. 80) afirma que “são necessários novos paradigmas para analisar, compreender e tentar resolver os problemas, entre os quais se situa a violência. Os atuais não dão conta da complexidade”. Para a autora, se desenvolve uma indústria contra o medo da violência (equipar a polícia, vigilância privada, muros, grades, câmeras, etc.) onde parece tratar-se de uma luta de todos contra todos. Da alteração do espaço público e coletivo em espaços vigiados e cercados. Todavia, não há ações que possibilitem a urbanidade, ou seja, os instrumentos que permitam aos cidadãos participar da vida na cidade.

Santos (2000) enfatiza a necessidade de pensar os problemas cruciais da sociedade em sua amplitude, e não de forma fragmentada. Para ele, o governo não cuida dos reais problemas da população e mobiliza um formidável aparelho de informação para dizer que a solução é mais polícia e não melhor política. “A nação pode apodrecer, mas a discussão é a

segurança pública, [...]. Enquanto o debate não voltar a ser centrado no modelo de civilização [...] a discussão será pobre, insuficiente e enganosa” (SANTOS, 2000, p. 25).

Neste sentido, a violência não pode ser tratada como uma questão individual, deve ser considerada como um fenômeno social historicamente produzido. E pensar na resolução dos problemas relacionados à juventude e à violência no país implica no planejamento de políticas públicas específicas, na busca pela garantia dos direitos sociais básicos, de modo que os sujeitos possam desenvolver mecanismos saudáveis e criativos de enfrentamento das adversidades da vida. Implica ainda, no debate em torno do lugar que as drogas ocupam na sociedade. Não sendo concebível crer que tratar o menor infrator como adulto, do ponto de vista punitivo, solucionará tal problema.

É papel do Estado e da sociedade trabalhar para que todos possam desfrutar os benefícios do desenvolvimento econômico e social, através de uma relação de respeito e integração com o ambiente. E, para isso, sem dúvida, faz-se necessário considerar o fenômeno da violência, mais especificamente aquela que envolve crianças, adolescentes e jovens, como algo que compromete seriamente a busca pela sustentabilidade. Destarte, é preciso enfatizar que mesmo com os dados alarmantes no tocante às condições de vulnerabilidade e privação de direitos dos jovens e adolescentes no país e os índices de violência, o Governo Federal conseguiu aprovar (2016) uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC, que, na prática, congela os investimentos em saúde e educação pelos próximos vinte anos.

Referências

- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **A assistência social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar** (2015). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em 20 set. 2018.
- CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto contexto enferm.** Florianópolis, 15 (4), out-dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 19 de set. 2018.
- CEARÁ, Governo do Estado. **Cada vida importa** – evidências e recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência, 2016.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2018** – políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

CIRINO, D. C. da S.; ALBERTO, M. de F. P. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 3, p. 547-555, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n3/v14n3a16.pdf>. Acesso em 10 dez. 2014.

CONTE, M. *et al.* Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 94-105, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n1/v27n1a08.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

COSTA, S. **Segundo Ministério da Justiça, menores cometem menos de 1% dos crimes no país**. 2014. Disponível em: <http://www.congressoemfoco.uol.com.br/>. Acesso em: 02 nov. 2014.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L. A juventude no Brasil: questões e desafios. In: MATOS, M.; GOMES, N. L.; DAYRELL, J. (Orgs.). **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 2009, v. 5, p. 89-113.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 11ª Edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Pobreza na infância e na Adolescência 2018**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64 – 89.

GONÇALVES, M. das G. M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **83% da população é a favor da redução da maioria penal**. set/2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/83-da-populacao-e-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil municipal 2017 Juazeiro do Norte**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Juazeiro_do_Norte.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

MAGALHÃES, M. I; MACÊDO, M. V. F; LIMA, T. H. B. **Possibilidades de medidas socioeducativas para menores infratores de internação provisória do centro socioeducacional José Bezerra de Menezes**, jusbrasil.com.br, 2018. Disponível em: <https://marcosviniciusfernandesmacedo.jusbrasil.com.br/artigos/594501669/possibilidades-de-medidas-socioeducativas-para-menores-infratores-de-internacao-provisoria-do-centro-socioeducacional-jose-bezerra-de-menezes?ref=serp>. Acesso em: 15 set. 2018.

MILANI, F. Cultura de paz x violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, F; JESUS, R (Orgs). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

NASCIMENTO. V. S. do; MATOS, K. S. L. **Articulando saberes da educação para a paz e educação ambiental: o anúncio de uma nova era**. Disponível em: <http://desenvolvimento-regional-sustentavel.blogspot.com.br/2010/12/artigo-veronica-salgueiro-e-kelma-matos.html>. Acesso em: 01 dez. 2014.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1/2, p. 107-121, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/34463/37201>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PNUD. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

RODRIGUES, A. M. Políticas públicas no espaço. **Cidades**, V. 13, n. 22, p. 40-69, 2016.

_____. Geografia e violência urbana. In: OLIVEIRA, A. U. de; PONTUSCHCK, N. N; OLIVEIRA (org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 77-86.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~paulopen/AnalisedePolíticasPublicas.doc>. Acesso em: 06 fev. 2015

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. (2000). **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SAWAIA, B. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Ceage Learning, 2014.

TAVARES, L. **Adolescentes são mortos dentro de centro socioeducativo em Juazeiro do Norte**, 2014. Disponível em: <http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/policia/adolescentes-sao-mortos-dentro-de-centro-socioeducativo-em-juazeiro-do-norte-1.1059849>. Acesso em: 24 set. 2018.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002.

THE SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE: **Índice de progresso social 2014**. Disponível em: <http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi/>. Acesso em 02 nov. 2014.